

Decreto n.º ...
de ...

O Decreto n.º 42049, de 26 de Dezembro de 1958, estabeleceu a servidão militar particular para a Base Aeronaval do Norte de Portugal (Ovar), presentemente o Aeródromo de Manobra n.º 1 (AM 1).

Desde então, verificou-se uma grande evolução, não apenas nos meios aeronáuticos, mas também nos procedimentos a que estes, na sua operação, estão obrigados. Têm vindo igualmente a evoluir as normas e recomendações de organizações internacionais de que Portugal é membro, nomeadamente da Organização Internacional da Aviação Civil e da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Verifica-se que a superfície de desobstrução definida naquele decreto, assim como as condicionantes indicadas, se encontram desajustadas face à dinâmica observada na economia e na sociedade, bem como relativamente às normas e recomendações daquelas organizações internacionais.

Torna-se, assim, necessário actualizar as áreas abrangidas pela servidão, bem como as condicionantes a que deverão estar sujeitas, garantindo não só a segurança das pessoas e bens nas zonas confinantes com o AM 1, mas também as medidas de segurança indispensáveis à execução das funções que competem a esta Unidade, incluindo a operação aérea.

Foi ouvido o Chefe de Estado-Maior da Força Aérea e (foi efectuada a consulta pública prevista no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 45986, de 22 de Outubro de 1964,) tendo sido tomadas em conta as sugestões e observações formuladas.

Assim:

Nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 2078, de 11 de Julho de 1955, do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45986, de 22 de Outubro de 1964, e da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Servidão militar

Ficam sujeitas a servidão militar particular, terrestre e aeronáutica, as zonas confinantes com o Aeródromo de Manobra n.º 1 (AM 1) abrangidas nas plantas anexas ao presente diploma e que dele fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Servidão militar terrestre – zona geral de protecção

A servidão militar terrestre do AM 1 abrange a área correspondente a uma zona geral de protecção, limitada exteriormente por uma faixa de 1000 metros em toda a extensão, a partir do perímetro das instalações do AM 1.

Artigo 3.º

Servidão militar terrestre – zonas de protecção

1 - A zona geral de protecção referida no artigo anterior compreende duas zonas de protecção.

2 - A primeira zona de protecção é constituída pela área limitada exteriormente por uma faixa de 100 metros em toda a extensão, a partir do perímetro da área do AM 1, excepto na área junto aos paíóis e junto às placas de dispersão que pode ir até 950 m.

3 - A segunda zona de protecção é constituída pela parte restante da zona geral definida no artigo anterior.

Artigo 4.º

Regime da primeira zona de protecção

1 - Na primeira zona de protecção estão sujeitas a autorização as seguintes actividades:

- a) Construções de qualquer natureza, mesmo que sejam enterradas, subterrâneas ou aquáticas;
- b) Alterações de qualquer forma, por meio de escavações ou aterros, do relevo e da configuração do solo;
- c) Vedações, mesmo que sejam de sebe e como divisórias de propriedades;
- d) Plantações de árvores e arbustos;
- e) Depósitos permanentes ou temporários de materiais explosivos ou perigosos que possam prejudicar a segurança da organização ou das instalações da Unidade;
- f) Instalação de linhas, cabos eléctricos ou condutas de qualquer natureza, aéreos ou subterrâneos;
- g) Instalação de emissores, retransmissores ou dispositivos luminosos;
- h) Alteração da utilização ou da volumetria dos imóveis existentes;
- i) Trabalhos de levantamento fotográfico, topográfico ou hidrográfico;
- j) Sobrevoos de aviões, balões ou outras aeronaves a altitudes inferiores a 1000 m;
- k) Outros trabalhos ou actividades que possam inequivocamente prejudicar a segurança da organização ou das instalações, ou ainda a execução das missões que competem à Força Aérea.

2 - Estão dispensadas da autorização a que se refere o número anterior as obras de conservação de edificações já existentes.

Artigo 5.º

Regime da segunda zona de protecção

1 - Na segunda zona de protecção estão sujeitas a autorização as seguintes actividades:

- a) Trabalhos de levantamento topográfico, fotográfico ou hidrográfico;
- b) Plantação de árvores e arbustos constituindo bosques ou matas;
- c) Sobrevoos de aviões, balões ou outras aeronaves a altitudes inferiores a 1000 m;
- d) Construções decorrentes de operações urbanísticas;
- e) Outros trabalhos ou actividades que possam inequivocamente prejudicar a segurança da organização ou das instalações, ou a execução das missões que competem à Força Aérea.

2 - Estão dispensadas da autorização a que se refere o número anterior as obras de conservação de edificações já existentes.

Artigo 6.º

Servidão militar aeronáutica – zonas da superfície de desobstrução

1 - A servidão militar aeronáutica do AM 1 abrange a área ocupada pela superfície de desobstrução, definida pelo perímetro exterior do conjunto das zonas identificadas no número seguinte.

2 - A superfície de desobstrução é, para efeitos de controle da altura dos obstáculos fixos ou móveis nela existentes, constituída por zonas cujas cotas limites são:

- a) Zona A1 (corredor de acesso) – variável de 13,41 m a 58,41 m, com gradiente de 2 %.
- b) Zona A2 (corredor de acesso) – variável de 17,07 m a 58,41 m, com gradiente de 2 %.
- c) Zona B1 (corredor de acesso) – variável de 13,41 m a 58,41 m, com gradiente de 2 %.
- d) Zona B2 (corredor de acesso) – variável de 17,07 m a 58,41 m, com gradiente de 2 %.
- e) Zona C (concordância) – variável de 17,07 m a 58,41 m com gradiente de 14,3 %.
- f) Zona D (horizontal interior) – 58,41 m.
- g) Zona E (cônica) – variável de 58,41 m a 158,41 m com gradiente de 5%.
- h) Zona F1 (corredor de acesso) – variável de 110,64 m a 163,41 m, com gradiente de 2 %.
- i) Zona F2 (corredor de acesso) – variável de 116,73 m a 167,07 m, com gradiente de 2 %.
- j) Zona G1 (corredor de acesso) – variável de 135,41 m a 163,41 m com gradiente de 2,5%.
- k) Zona G2 (corredor de acesso) – variável de 142,73 m a 167,07 m com gradiente de 2,5%.
- l) Zona H1 (corredor de acesso) – 163,41 m.
- m) Zona H2 (corredor de acesso) – 167,07 m.
- n) Zona I1 (corredor de acesso) – variável de 310,95 m a 313,41 m, com gradiente de 2 %.
- o) Zona I2 (corredor de acesso) – variável de 314,61 m a 317,07 m, com gradiente de 2 %.
- p) Faixa – área que inclui a pista e a área de paragem de fim de pista (stopway), caso exista, isenta de obstáculos excepto os essenciais à navegação aérea.
- q) Corredores de acesso (regime de sombreamento) – definidos ao longo de uma extensão de 15000 m a contar da soleira, sendo que primeiros 3000 m com inclinação de 2%, dos 3000 m aos 6600 m com inclinação de 2,5% e dos 6600 m aos 15000 m em patamar com divergência lateral de 15% ao longo da totalidade da extensão do corredor.

Artigo 7.º

Regime das zonas de superfície de desobstrução

1 - Dentro das zonas referidas no artigo anterior está sujeita a autorização:

- a) A existência de quaisquer plantações, estruturas, fios ou cabos aéreos e outros obstáculos, fixos ou móveis, mesmo que temporários, cujas alturas excedam as cotas limites nele indicadas para as zonas em patamar ou as calculadas para as zonas de cota

variável, considerando uniforme a variação destas dentro dos limites assinalados, excepto quando se verificarem as seguintes condições:

- i) Para as zonas F1, F2, H1, H2, I1, I2 e corredores de acesso quando os obstáculos estiverem abaixo de uma superfície de sombreamento associada a um obstáculo existente de carácter permanente e definida por uma projecção horizontal no sentido oposto ao da pista ou a uma superfície descendente a 10 % nas restantes direcções e tangente àquele obstáculo até uma distância de 300 m;
 - ii) Para as zonas D, E, F1 e F2 quando os obstáculos estiverem abaixo de uma superfície de sombreamento associada a um obstáculo existente de carácter permanente e definida por uma superfície descendente a 10 % em todas as direcções e tangente àquele obstáculo até uma distância de 300 m;
 - iii) Para as zonas D, E, F1, F2, G1, G2, H1, H2, I1 e I2 quando os obstáculos estiverem integrados em zonas urbanas consolidadas, geograficamente delimitadas, tal como definidas pelos órgãos dos municípios em cujas áreas circunscrições se situam, desde que não ultrapassem em altura as construções ou os obstáculos existentes em seu redor num raio de 150 m.
- b) A construção de chaminés, cabos de alta tensão, construções decorrentes de operações urbanísticas, ou obstáculos cuja altura ultrapasse em pelo menos 100 metros a cota do terreno, mesmo que as suas alturas não excedam as cotas limites indicadas.

2 - Pode ainda ser autorizada pela autoridade militar competente a implantação de obstáculos dentro das zonas referidas no artigo anterior se, mediante proposta fundamentada da câmara municipal competente em razão do território, for possível garantir a segurança e a operacionalidade da unidade.

3 - Dentro das zonas A1, A2, B1, B2 e C está sujeita a autorização a existência de locais onde possa haver concentração de público, tais como escolas, igrejas, hospitais, abarracamentos ou aglomerados de habitações, bem como a afectação de edifícios ou recintos existentes aos fins indicados.

4 - Dentro das zonas A1, A2, B1, B2, C e D está sujeita a autorização a construção de instalações destinadas a aves de voo livre no exterior dessas instalações, nomeadamente pombais, a instalação de infra-estruturas ou exploração de culturas que potenciem a atracção de aves, o estabelecimentos de reservas naturais de aves, a criação ou modificação de áreas aquáticas, a edificação de infra-estruturas de tratamento de águas residuais ou de gestão de resíduos de natureza doméstica, comercial ou industrial, ou o depósito de qualquer tipo de matéria putrescível.

5 - Nas zonas A1, A2, B1, B2 e C estão sujeitas a autorização as construções ou instalações susceptíveis de permitir a constituição de pontos ou zonas sensíveis nos termos da legislação relativa ao ruído.

6 - Dentro das zonas referidas no artigo anterior estão ainda sujeitas a autorização todas as construções, instalações ou quaisquer trabalhos que sejam susceptíveis de:

- a) Criar interferências nas comunicações por rádio entre o aeródromo e os aviões;
- b) Tornar difícil do ar a distinção entre as luzes do aeródromo e outras;
- c) Provocar o encandeamento dos pilotos;
- d) Produzir poeiras ou fumos que possam diminuir as condições de visibilidade na vizinhança do aeródromo;

e) De qualquer modo prejudicar as aterragens, descolagens e manobra dos aviões.

7 - Os proprietário dos terrenos correspondentes à faixa de 30 m de largura até 900 m da soleira da pista ficam obrigados a:

- a) Não remover ou obstruir as luzes de aproximação à pista já existentes nesse terreno;
- b) Permitir o acesso para manutenção ou renovação das luzes de aproximação, desde que notificados com a antecedência mínima de 30 dias, salvo em casos de manifesta urgência, sendo ressarcidos de quaisquer danos que possam ser causados no decurso da mesma.

8 - Caso a obstrução, a que se refere a alínea a) do número anterior, se deva a facto não imputável aos proprietários dos terrenos abrangidos no número anterior, ou, devendo-se a este, o mesmo não corrigir voluntariamente a situação no prazo razoável que lhe for fixado, pode a Força Aérea proceder à remoção de qualquer obstáculo correndo, neste último caso, os custos por conta do proprietário do terreno.

9 - Os proprietários ou utentes de quaisquer obstáculos existentes dentro das áreas abrangidas pelo presente decreto poderão ser obrigados a estabelecer, operar e manter à sua custa as marcas e luzes necessárias para indicar aos pilotos das aeronaves a presença desses obstáculos, se isso for imposto por razões de segurança aérea.

Artigo 8.º

Servidão militar aeronáutica – zonas de protecção radioelétrica

1 - A servidão militar aeronáutica do AM 1 abrange ainda as áreas de protecção relativas às ajudas à navegação TACAN (VHF omni direccional radio range) e ASR (Airport surveillance radar).

2 - A área de protecção do TACAN é constituída pelas três zonas seguintes:

- a) Zona 1 – espaço limitado por uma circunferência com raio de 300 m centrada no centro geométrico da antena;
- b) Zona 2 – espaço compreendido entre as circunferências com raios de 300 m e de 1 000 m relativos ao centro geométrico da antena, sendo definida uma superfície de limitação de obstáculos em altura definida por um ângulo ascendente de 1,2 graus em relação à horizontal, medido a partir do limite da zona 1, variável de 36,40 m a 51,06 m;
- c) Zona 3 – espaço compreendido entre as circunferências com raios de 1000 m e de 3 000 m relativos ao centro geométrico da antena, sendo definida uma superfície de limitação de obstáculos em altura definida por um ângulo ascendente de 1,2 graus em relação à horizontal, medido a partir do limite da zona 2, variável de 51,06 m a 92,96 m.

3 - A área de protecção do ASR é constituída pelas três zonas seguintes:

- a) Zona 1 – espaço limitado por uma circunferência com raio de 300 m centrada no centro geométrico da antena;
- b) Zona 2 – espaço compreendido entre as circunferências com raios de 300 m e de 1 000 m relativos ao centro geométrico da antena, sendo definida uma superfície de limitação de obstáculos em altura definida por um ângulo ascendente de 0,4 graus em relação à horizontal, medido a partir do limite da zona 1, variável de 17,05 m a 21,94 m.

Artigo 9.º

Regime das zonas de protecção radioelétrica

- 1 - Dentro das zonas definidas no artigo anterior está sujeita a autorização a existência, mesmo que temporária, de depósitos de materiais explosivos ou perigosos, ou a montagem e funcionamento de aparelhagem eléctrica que não seja destinada a uso doméstico, de comércio ou de serviços.
- 2 - Dentro das zonas 1 definidas no artigo anterior está sujeita a autorização a existência, mesmo que temporária, de quaisquer estruturas, fios, cabos aéreos e outros obstáculos, fixos ou móveis.
- 3 - Dentro das zonas 2 definidas no artigo anterior está sujeita a autorização a existência, mesmo que temporária, de quaisquer estruturas, fios cabos aéreos e outros obstáculos, fixos ou móveis, cujas alturas excedam a superfície de limitação definida.
- 4 - Dentro da zona 3 definida no n.º 2 do artigo anterior está sujeita a autorização a existência de linhas aéreas de transporte de energia em alta tensão, agregados de mais de quatro linhas telefónicas aéreas (8 fios), hangares, armazéns e pavilhões de grande vão com estrutura ou cobertura metálicas, torres para antenas, vedações em rede metálica de comprimento superior a 20 m ou altura superior a 2,5 m e depósitos de sucata ou de materiais metálicos, cujas alturas excedam a superfície de limitação definida.

Artigo 10.º

Procedimentos administrativos

- 1 - É da competência do Ministro da Defesa Nacional, ouvido o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, conceder as autorizações e emitir as ordens a que se refere o presente Decreto.
- 2 - Os pedidos de autorização são dirigidos ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.
- 3 - Os pedido de autorização são acompanhados de memória descritiva, planta de localização e planta de implantação das construções que se pretendam realizar, nas escalas convenientes, bem como de outros elementos que sejam necessários à verificação da sua conformidade com as disposições aplicáveis, em duplicado.
- 4 - O órgão instrutor do procedimento pode solicitar quaisquer documentos que sejam indispensáveis para a conveniente apreciação do pedido.
- 5 - Os órgãos municipais competentes em razão do território, no qual se incluem as zonas de servidão do AM 1, não podem emitir licença ou autorização para qualquer obra ou trabalho que, nos termos do presente decreto, careça de autorização sem que esta tenha sido previamente concedida, excepto os casos de carácter excepcional baseado em razões de emergência ou segurança pública que devem ser oportunamente comunicados e fundamentados.
- 6 - Nos casos em que é exigida autorização, nos termos do presente decreto, a realização de obras públicas nas zonas de servidão do AM 1 depende apenas de parecer favorável do Ministro da Defesa Nacional, ouvido o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, excepto as de carácter excepcional baseado em razões de emergência ou segurança pública que devem ser oportunamente comunicadas e fundamentadas.

Plantas de Servidão

Artigo 11.º

Fiscalização

1 - A fiscalização do respeito pelas disposições legais e regulamentares respeitantes à servidão objecto deste decreto, bem como pelas condições impostas nas autorizações, incumbe ao Comando do AM 1.

2 - O Comando do AM 1 comunica imediatamente os factos apurados no exercício dos poderes previstos no número anterior ao Chefe de Estado-Maior da Força Aérea.

3 - Compete ao Ministro da Defesa Nacional ordenar a cessação de actividades ou embargar e ordenar a demolição de construções quando:

- a) Não tenham sido emitidas as autorizações exigidas pelo presente decreto;
- b) Tenham sido desrespeitadas as normas legais ou regulamentares aplicáveis;
- c) Tenham sido desrespeitadas as condições fixadas nas autorizações emitidas.

Artigo 12.º

Plantas

1 - As zonas de protecção constam de planta em anexo intitulada “Planta das zonas de protecção”.

2 - As zonas da superfície de desobstrução e as cotas permitidas constam de planta em anexo intitulada “Planta das zonas das superfícies de desobstrução”.

3 - As zonas de protecção radioelétrica e as cotas permitidas constam de planta em anexo intitulada “Planta das zonas de protecção radioelétrica”.

4 - As plantas referidas nos números anteriores, assim como as cotas referidas no artigo 6.º, referem-se ao sistema de coordenadas cartográficas correspondente às cartas militares do Instituto Geográfico do Exército, definido pela projecção de Gauss, elipsóide Internacional, datum de Lisboa com origem desfasada de 200 km para Oeste e 300 km para Sul e datum vertical do Marégrafo de Cascais.

5 - As plantas de servidão mencionadas nos números anteriores são organizadas em catorze colecções que terão os seguintes destinos:

- a) Ministério da Administração Interna;
- b) Ministério da Defesa Nacional;
- c) Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;
- d) Estado-Maior General das Forças Armadas;
- e) Estado-Maior da Força Aérea;
- f) Comando Operacional da Força Aérea;
- g) Direcção de Infra-Estruturas do Comando Logístico e Administrativo da Força Aérea;
- h) Aeródromo de Manobra n.º 1;
- i) Câmara Municipal de Ovar;
- j) Câmara Municipal de Espinho;
- k) Câmara Municipal de Estarreja;

- l) Câmara Municipal de Feira;
- m) Câmara Municipal de Murtosa;
- n) Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

Artigo 13.º

Disposições finais

1 - As restrições previstas neste decreto não se aplicam a:

- a) Construções já existentes à data da sua entrada em vigor que não estivessem abrangidas pelo Decreto n.º 42049, de 26 de Dezembro de 1958;
- b) Construções ou urbanizações já autorizadas nos termos do Decreto n.º 42049, de 26 de Dezembro de 1958;
- c) Construções ou urbanizações já autorizadas ou licenciadas pelos órgãos municipais competentes em data anterior à da sua entrada em vigor, não abrangidas pela alínea anterior, com os limites constantes dos números seguintes.

2 - O Ministro da Defesa Nacional pode, mediante proposta do Chefe de Estado-Maior da Força Aérea, proibir a construção ou a continuação de trabalhos de construção, limitar o desenvolvimento, ou ordenar a demolição, total ou parcial, das construções ou urbanizações mencionadas na alínea c) do n.º 1.

3 - Para efeito do número anterior, as câmaras municipais devem enviar ao Chefe de Estado-Maior da Força Aérea informação sobre as autorizações ou licenciamentos, ainda que não concretizados, bem como quaisquer outras decisões que possam criar direitos a particulares, concedidos nas zonas abrangidas pelo Decreto n.º 42049, de 26 de Dezembro de 1958, e não autorizadas nos termos neste previstos.

4 - No prazo máximo de 60 dias, o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea recomenda ao Ministro da Defesa Nacional, em relação a cada situação em concreto, se existem razões objectivas que determinem a utilização de qualquer das prerrogativas previstas no n.º 2.

Artigo 14.º

Revogação

É revogado o Decreto n.º 42049, de 26 de Dezembro de 1958, sem prejuízo da sua aplicação às situações previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 15.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em

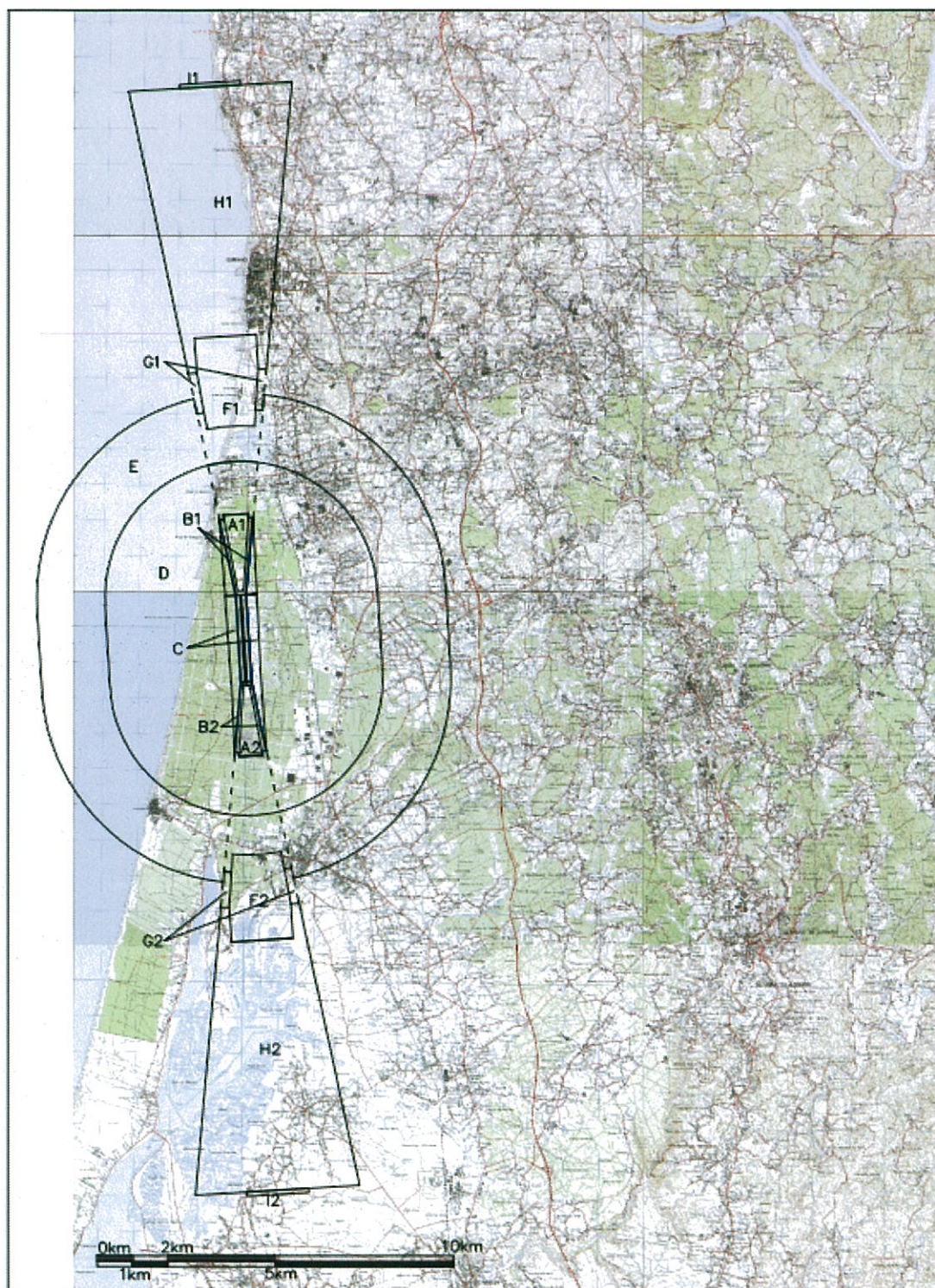
O Primeiro-Ministro

O Ministro da Defesa Nacional

Planta das zonas de proteção



Planta das zonas das superfícies de desobstrução



Planta das zonas de proteção radioelétrica

